

1875: CRISE NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO?

Maria T. Ferraz Negrão de Mello*

TEMA E PERÍODO

São concordes os historiadores quanto à clássica afirmação de que, sob o Segundo Reinado, o Brasil viveu uma fase de prosperidade e progresso material. Sabe-se, também, que tal progresso ocorreu num ambiente marcado pela instabilidade financeira e apesar dela.

Período caracterizado por uma constelação de mudanças cujo escopo abrange os planos econômico e social, configura, pelo menos a partir dos anos 70, uma fase que prenunciou a queda da Monarquia, desde então valetudinária.

A farta bibliografia disponível sobre esse período é por si bastante reveladora de quão importantes aspectos da vida nacional aí se situam tendo estimulado os mais conspícuos estudos.

Mesmo assim, quando se trata das crises que permearam o Segundo Reinado, cujas origens, aliás, sugerem a observação simultânea dos planos interno e externo, as abordagens centradas na História Financeira e Monetária são, no mais das vezes, privilegiadas, como se resumissem as explicações.

Por outro lado, em contextos menos específicos, as análises sobre as crises arrolam como documentação básica as informações obtidas através de Relatórios Oficiais, cujo estuário acaba quase que invariavelmente indo desaguar nas mesmas aludidas especificidades econômico-financeiras.

Ainda que tais aspectos sejam de suma importância e até por conta de uma característica poliedral inerente às crises, há espaço para outros enfoques no mesmo período e igual tema.

Afinal, “as crises nunca foram apenas econômicas”.⁽¹⁾

Ocorre que os múltiplos aspectos plausíveis de análise na visão histórica de uma crise acabam por desvendar-lhe, também, conotações políticas e sociais que a precedem, a sucedem ou mesmo a ela se articulam em situação de simultaneidade.⁽²⁾

(*) Do Departamento de Geografia e História (GEH) da Universidade de Brasília.

(1) Jean Bouvier. “A Economia: as crises econômicas”, in *História: novas abordagens*. RJ, Ed. F. Alves, 1976, p. 25.

(2) Nicos Poulantzas. *O Estado em crise*. RJ, Graal, 1979, p. 11.

Com base em tais evidências e interessada na apreciação de uma crise nos quadros do Segundo Reinado, dediquei-me ao estudo da crise na praça do Rio de Janeiro, no ano de 1875.⁽³⁾

Objetivando auscultar manifestações do fenômeno em tela, seus nexos com o plano externo e de que maneira porta-vozes regionais o identificaram e reagiram através da imprensa, intentei verificar a seguinte hipótese: não obstante assim identificada, a “crise na praça do Rio de Janeiro” não se constituiu num fenômeno local e isolado. Disparidades regionais patrocinaram diferentes ressonâncias perante a crise e o cotejo de diferentes planos de observação revelará recortes específicos e desdobramentos de um mesmo fenômeno, que irrompe na praça do Rio de Janeiro mas a ele não se circunscreveu.

Finalmente, na medida em que a “crise na praça” extrapolou o âmbito econômico-financeiro e se traduziu também em crise política e social, seria insuficiente contemplar a conjuntura.⁽⁴⁾ As variáveis selecionadas se bifurcaram: as identificáveis no mesmo período (aspectos conjunturais) e aquelas cujo grau de permanência sublinhou elementos estruturais, explicadores da crise em seus variados matizes.⁽⁵⁾

Nas páginas que se seguem, os resultados deste exercício. Claro está que as efígies regionais da crise, fascinantemente policrômicas, não receberam nem mesmo na Dissertação um tratamento final.

De qualquer modo, em que pese às lacunas e limitações, eis uma oportunidade para reflexão sobre um conhecido fenômeno, considerado sob outros enfoques.

1. PLANOS DE OBSERVAÇÃO

1.1 *Centros dinâmicos e centros periféricos: a dinâmica das crises*

No espaço compreendido entre 1810 e 1890 nada menos que uma dezena de crises marcou o cenário do capitalismo no século XIX. Sob o signo dos investimentos anárquicos e grifadamente assinalados pela irracio-

(3) Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de História da USP, 1980 (A crise de 1875 na interpretação de porta-vozes regionais), sob orientação da Professora Dra. A. Fernando Pacca de A. Wright. O presente artigo é uma visão sumariada das idéias centrais do texto original.

(4) Nicos Poulantzas. Op. cit., pp. 42-71.

(5) Raymond Boudon. *Para que serve a noção de estrutura*. Eldorado, 1974, parte I, p. 04. (Col. Enfoque).

nalidade, aquela fase tem o carimbo freqüente das vagas de insolvência, fugas de capitais, desempregos e superproduções agudas, sobretudo a partir dos meados do século.

Em tais ocorrências, o grau de intensidade se comportou em consonância com as conjunturas específicas e, quanto às repercussões nos diversos países, nem sempre se verificaram ajustes exatos a nível de simultaneidade. Esta defasagem quanto à transmissão internacional dos efeitos de uma crise se atribui a fatores como a desigualdade de estágio econômico entre as nações, contingências internas, atividades principais e também à maior ou menor vinculação com os países onde irrompe o fenômeno.⁽⁶⁾

Identificada como particularmente severa, tanto na Europa como nos E.U.A., a crise de 1873 corresponde a um fenômeno cuja natureza é originalmente a superprodução, com longo cortejo de reações em cadeia.

Para Hobsbawn “uma nova era na história, tanto política quanto econômica, abre-se a partir da depressão da década de 1870.”⁽⁷⁾ Sabe-se, contudo, das polêmicas entre especialistas quanto ao grau de intensidade da crise de 1873, cujas argumentações alongariam por demais este perfil.

No caso, importa reter o esforço de recuperação encetado pelos centros dinâmicos e de modo especial a Inglaterra.

No aludido esforço de recuperação, um conjunto de dispositivos é acionado, num cenário cujos atores não podem ser observados isoladamente: os países centrais e as formações periféricas. Na consecução dos objetivos dos primeiros que obviamente visavam recuperar as respectivas performances nos quadros capitalistas, as jovens Repúblicas da América Latina e a Monarquia Brasileira arcarão sob os efeitos da crise e das medidas adotadas no plano internacional.

No fundo, nenhuma originalidade quando se atenta para o histórico papel de formações às quais se reservara a condição de “alimentadoras ou tributárias dos centros dinâmicos”, conforme as classificou Dozer em seus estudos sobre a América Latina.⁽⁸⁾

1.2 Antecedentes

A feérica vitrina do período ulterior à guerra do Paraguai e a “falsa euforia” que entre 1870 e 74 aqui se verifica, exprime uma característica do Gabinete do Rio Branco e seu desenvolvimentismo.

(6) Maurice Niveau. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. SP, Difel, 1969, pp. 159-198.

(7) Eric Hobsbawn. *A era do capital*. RJ, Paz e Terra, 1979, p. 66.

(8) Donald Marquand Dozer. *A América Latina, uma perspectiva histórica*. Ed. Globo, Porto Alegre, 1978, p. 21.

Pelo menos no seio das hostes políticas paira no ar a convicção de que, passadas as agruras da guerra, vivia-se uma fase em que eram plausíveis e mesmo necessárias, as medidas que não obstante onerosas, se coadunassem com o espírito desenvolvimentista de então.

De tal postura o Ministério acabará sendo a um só tempo “beneficiário e vítima”, observa o Professor Buarque de Holanda.⁽⁹⁾

O ambiente supostamente alviçareiro se fundava nas possibilidades de obtenção de empréstimos e na ainda sempre lembrada confiança nas benesses do solo, fonte das mais compensadoras remunerações.

A miragem de segurança encoraja durante os anos que precedem a crise de 1875, além das iniciativas de cunho desenvolvimentista, gastos perdulários, bem como generosas dotações com vistas ao asseguramento da posição hegemônica do Brasil perante a América do Sul quanto ao aparato militar.

São tempos nos quais os aumentos dos subsídios parlamentares quase atingem a casa dos 100%, grande número de funcionários e outras categorias profissionais são igualmente aquinhoados, expedientes que se não escaparam às críticas da Imprensa, nem por isso deixaram de se efetivar.

O mesmo clima eufórico terá presidido os critérios adotados quanto ao volume de importações no ano fiscal de 74/75, claro que em grande parte da Inglaterra, como ver-se-á em outra seção deste artigo.

Sombreamos tão luminoso quadro na Corte, os constantes reclamos das províncias. Estas mostravam-se preocupadas, “roubadas pelo centro”.⁽¹⁰⁾ Quando irrompe a crise, as queixas e reações se enfatizam e assumem contornos específicos, consentâneos às peculiaridades regionais.

1.3 *Complexos econômicos*

Não sendo o caso de considerar cada província como um plano de observação singular, a seleção de regiões orientou-se no sentido dos núcleos então mais em evidência, porquanto centros produtores mais expressivos.

Refiro-me ao nordeste açucareiro e algodoeiro e aos dois centros produtores de café: Vale do Paraíba e Oeste Paulista.

(9) Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. 5. Livro Terceiro, Cap. III “Fatura e Crise”, SP, 1972, pp. 150-175.

(10) Raymundo Faoro. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Ed. Globo, v. 2. p. 460.

Embora tendo como denominador comum a condição de líderes na pauta de exportações, cada um dos complexos econômicos selecionados reagirá à crise segundo diferentes realidades.

Afinal, a partir da segunda metade do século XIX, a crise do complexo nordestino é crônica e à década de 70 tem seu agravamento.⁽¹¹⁾

Quanto aos centros produtores de café, já no decorrer do decênio de 70, embora o Vale fosse responsável ainda pela maior parte da produção cafeeira, a expansão do Oeste Paulista cada vez mais se efetivava. Para este, o prenúncio de uma supremacia, para aquele, o prelúdio de uma crise que se explicitará na década seguinte.⁽¹²⁾

2. FONTES COMPULSADAS

Como elementos para subsidiar o enfoque adotado, as informações oficiais, quando necessárias, guardaram os limites da função de controle. A massa documental básica constituiu-se de jornais e opúsculos publicados nas respectivas regiões.

Como se verá, são depoentes bastante inteirados quanto à crise e também sobre os problemas e peculiaridades locais, daí poder-se atribuir-lhes a condição de porta-vozes.⁽¹³⁾

Posto que em São Paulo o fio condutor das ponderações quanto à crise foi a tônica política, houve necessidade de trabalhar simultaneamente com os Anais do Senado.

3. RIO DE JANEIRO: A CIDADE E A PROVÍNCIA FACE À CRISE

3.1 *Perfil urbano*

Centro do qual emanavam as decisões políticas do país, o município sede da Corte no período ao qual se refere este estudo, alia tal condição

(11) Hamilton de Mattos Monteiro. *Crise Agrária e Luta de Classes*. Brasília, Ed. Horizonte, 1980, pp. 39-40.

(12) Wilson Cano. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. SP, Difel, 1977, p. 22.

(13) Utilizei as seguintes fontes:

— *Crise da Praça*. Souza Carvalho. RJ, Imp. Nac., 1875 (opúsculo).

— *A província de São Paulo*. Jornal, 1875.

— Os Quebra-Quilos e a crise da lavoura. Henrique Augusto Milet. *Jornal do Recife*, 1875 (opúsculo).

a outras de irreplicável importância. É a praça comercial e financeira que acolhe considerável volume de negócios e transações bancárias, bem como a cidade-porto, cujo *status* recebe do escoadouro de Santos as primeiras emulações.

Compreende-se, portanto, ter sido à época o epicentro do qual eclodiam as crises.

No mês de maio de 1875, um desacerto de quebras, falências e concordatas enleia a praça do Rio de Janeiro. Uma delas, a do Banco Alemão, no dia 15, reveste-se de alta dramaticidade de vez que seu gerente recorre ao gesto extremo do suicídio.

Já no dia 12 verificara-se a suspensão dos pagamentos do Banco Nacional e ainda no mesmo mês, dia 17, o Banco Mauá acaba sucumbindo.

Souza Carvalho dedica, principalmente aos bancos nacionais, páginas de denso conteúdo e enumera quais seriam, a seu ver, fatores que poderiam ser identificados como geradores da crise. Refere-se a escassez de moeda, “fruto do grande aumento do valor de trabalhos, negócios e transações”, à deslocação do dinheiro em depósito nos bancos “produzida pela concorrência do Tesouro Nacional” e destaca também “o pânico originado e continuado de algumas publicações, declarações e discussões pouco prudentes”.⁽¹⁴⁾

Note-se que em princípios de 75 já se falava em escassez de meio circulante e, no caso dos bancos brasileiros, o empréstimo que o governo brasileiro solicitara à Inglaterra naquele mesmo ano arrola-se dentre as variáveis que contribuíram para tal desfecho.

Celebrado no mês de janeiro, quando a euforia anterior cede lugar a um clima de insegurança, sabe-se que o próprio Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho, admitiu dúvidas quanto ao acerto de tal transação. Não eram infundadas as apreensões do Ministro.⁽¹⁵⁾

O total do empréstimo que o governo solicitara à Inglaterra fora da ordem de cinco milhões de libras a 5%. A operação se efetivou com um deságio de 3,5% tendo sido utilizados 1,1 milhão de libras.⁽¹⁶⁾

À decisão de levantar o montante que integralizaria o total do empréstimo, o governo brasileiro se depara com dificuldades de sorte que superá-las passa a ser seu objetivo.

O expediente alvitado é o da convocação dos fundos bancários em moeda nacional, que possibilitariam os saques junto à Inglaterra.

(14) Souza Carvalho. *Op. cit.*, pp. 2-6.

(15) Sérgio Buarque de Holanda. *Op. cit.*, p. 140.

(16) Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). RJ/IBMEC, 1978, v. 1. p. 22.

Visando a obtenção de fundos, os bancos recorrem aos devedores que, embaraçados com a premência da situação, têm, no imperativo do atendimento, o labirinto que os conduzirá à falência. No mesmo barco afundarão devedores e credores instalando-se assim, a crise na praça.

Antes de mais nada, tal quadro põe à mostra a vulnerabilidade dos bancos brasileiros presos a um sistema asfíxiante, para cuja desenvoltura ora se antepunham os bancos estrangeiros, ora o Banco do Brasil e o próprio Tesouro Nacional. Note-se que as apólices governamentais emitidas por ocasião da Guerra do Paraguai, continuavam sendo um expediente largamente utilizado pelo governo.

O procedimento adotado em relação às letras do Tesouro é alvo das críticas de Souza Carvalho, na verdade uma concorrência “desse sistema ilegal e ilegítimo de fazer do Tesouro uma casa bancária”.⁽¹⁷⁾

Quanto ao Banco do Brasil, já que em fins de 74 o balanço demonstrava pouco dinheiro em caixa, os pedidos de auxílio por parte dos estabelecimentos em dificuldades serão inviáveis.

Tais dificuldades, aqui alinhadas apenas as mais óbvias, culminarão em incontáveis problemas de liquidez com os bancos nacionais enveredando por caminhos cada vez mais difíceis. O Tesouro Nacional e o Banco do Brasil são, a bem dizer, “os únicos que recebem depósitos, os outros, o governo matou-os”, entende Souza Carvalho.

Entretanto, na trilha percorrida pelo porta-voz, nota-se que as críticas ou ao menos referências às instituições estrangeiras foram eclipsadas.

Apenas ao avaliar a crise, tem colocações do tipo “de modo geral . . . quase todos os bancos . . .”, deixando assim implícito que, como se sabe, nem todas as instituições bancárias foram arrastadas pela crise.

Ora, se os bancos brasileiros estavam visceralmente atrelados a uma estrutura bancária sufocante, não era este o caso dos “outros bancos”, e aí entenda-se aqueles estrangeiros, cujo vínculo efetivo era com as respectivas matrizes.

Aliás, é preciso considerar não apenas os bancos, mas as empresas estrangeiras, já que os liames entre ambos são indissociáveis. No fundo, a função subjacente daqueles era assegurar a presença destas.

Neste aspecto é preciso que se considere, sobretudo, a preponderância dos investimentos britânicos no Brasil. No quadro das empresas estrangeiras instaladas no Brasil entre 1861 e 1890 aparece em primeiro lugar a Inglaterra (1861-1875), 78 empresas, (1876-1890), 99 empresas. Nos

(17) Souza Carvalho. *Op. cit.*, pp. 2-6.

mesmos intervalos temos em segundo lugar os E.U.A. com, respectivamente, 6 e 13 empresas.⁽¹⁸⁾

Evidentemente tais constatações não devem ser consideradas isoladamente já que os nexos com a Grande Depressão de 1873 são claros. No esforço de recuperação, iniciativa lógica dos centros atingidos, a periferia terá seu papel.

“A grande depressão fará acentuar a extroversão da economia inglesa”.⁽¹⁹⁾ Uma das opções para essa extroversão será o Brasil já que naquela conjuntura os tradicionais interesses ingleses em nosso país serão enfatizados.

Num momento em que os investimentos externos são especialmente sedutores, a função primordial dos bancos ingleses foi a de assegurar a presença britânica e compor-se na engrenagem do expressivo número de empresas que aqui se instalavam, “uma espécie de pivô do circuito financeiro londrino”.⁽²⁰⁾

Portanto, na abordagem de Souza Carvalho, ao indicar apenas o Banco do Brasil e a competição das Letras do Tesouro Nacional como responsáveis pelo desencadeamento da crise, sua leitura resulta incompleta.

Alguns estudos atuais, reconhecendo as implicações do Banco do Brasil e do Tesouro, não negligenciam a ação dos bancos estrangeiros. Refiro-me, por exemplo, às análises contidas em obra já mencionada neste trabalho da Professora Eulália L. Lobo, bem como às anotações do Professor Granziera, igualmente esclarecedoras.⁽²¹⁾

De todo modo, escapando-lhe a visão quanto aos bancos, Souza Carvalho esteve atento para o papel das importações, reconhecendo que, para um estudo da “crise industrial, comercial, monetária ou simplesmente bancária, seria necessário averiguar a exportação e importação no Brasil nestes últimos anos.”⁽²²⁾

Ainda acompanhando os comentários do porta-voz do Rio de Janeiro, grande parte de sua análise é dedicada às críticas à atitude governamental quanto à sua ingerência no mundo dos negócios. Estado que, a seu ver, “chama para si grande cópia de responsabilidades” tomando para si tarefas que deveriam ser assumidas exclusivamente pela iniciativa particular.

Observe-se que à época mesclaram-se o mundo dos negócios e o político, numa trama tecida de favores pessoais, simpatias e antipatias.

(18) Richard Graham. *Britain and the onset of modernization in Brazil: 1850-1914*. Cambridge University Press, 1968, p. 305.

(19) Ana Célia Castro. *As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)*. RJ, Zahar, 1979, p. 25.

(20) Ana Célia Castro. *Op. cit.*

(21) Rui Guilherme Granziera. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. SP, Hucitec, 1979, p. 117.

(22) Souza Carvalho. *Op. cit.* pp. 86-87.

Assim, ou o Estado tomava para si as mencionadas atribuições sendo um “Estado-negociante” ou o desejável auxílio às empresas privadas embutia-se no plano dos favorecimentos pessoais.

“Formigavam nos ministérios, nos corredores da Câmara e do Senado, magotes de aventureiros, intermediários e empresários nominais”.⁽²³⁾

As empresas, às quais se referiu Souza Carvalho, incluem-se entre aquelas de características desenvolvimentistas. É de notar que, encampando a ideologia e o espírito da época, as divergências ficavam mais por conta da maneira de viabilizá-las, como se apreende das críticas ao “Estado-negociante”.⁽²⁴⁾

Diga-se todavia que, em meio a tantas críticas, na ótica de Souza Carvalho não há maiores espaços para o incipiente parque industrial fluminense, também afetado pela crise.

O *Almanaque Laemmert* aponta a existência de 1049 fábricas no Rio de Janeiro, no ano de 1875. Dentre as mais representativas em número de unidades em funcionamento constam: o setor de alimentos e bebidas, tecidos, roupas e armarinhos, artigos de couro e metal, madeira e também as famosas fábricas de chapéus. Nestas, aliás, os reclamos e reivindicações são testemunhos dos impactos da crise de 1875.

Em seu depoimento, os fabricantes de chapéus apontam entre as dificuldades enfrentadas, a concorrência estrangeira e também a atitude do governo que, a seu ver, prioriza a agricultura.⁽²⁵⁾

3.2 O Vale do Paraíba, região tributária do Rio de Janeiro face à crise.

Natural consequência dos liames existentes entre os pólos rural e urbano, as crises que afetaram a praça do Rio de Janeiro ao longo do Segundo Reinado, afetaram também o Vale, sua zona tributária.

Nos anos 70 e 80, conforme observa Stein, “a espada de Dâmocles esteve suspensa sobre as cabeças dos cafeicultores do Vale do Paraíba”.⁽²⁶⁾

Realmente, as más condições do solo, a questão da mão-de-obra, dificuldades para obtenção de crédito e amesquinamento dos lucros, con-

(23) Raymundo Faoro. *Op. cit.* p. 437.

(24) Apenas como exemplo, alguns tipos de empresas coadjuvadas pelo Banco Nacional: estradas de ferro, companhias de navegação costeira, calçamento e viação urbana no Rio de Janeiro.

(25) Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Op. cit.* pp. 197-201.

(26) J. Stanley Stein. *Origens e evolução na indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. RJ, Ed. Campus, 1979, p. 32.

siderados os altos custos da produção, são fatores por demais conhecidos e justificam a colocação de Stein.

Por ocasião da crise de 1875, a vulnerabilidade dos fazendeiros do Vale tem suas raízes no fato de estarem eles diretamente vinculados aos comissários, banqueiros e exportadores da Corte.⁽²⁷⁾

Ocorre que as próprias condições que pautaram a comercialização do café, acabaram asfixiantes. Já não eram tempos em que aos fazendeiros era dado valerem-se dos recursos próprios, reinvestindo os lucros na expansão dos cafezais.

A debilidade da rede bancária da Corte somavam-se outras dificuldades que teria um fazendeiro que se arvorasse a pretender negociações diretas. No mais das vezes resvalavam para transações com particulares, êmulos dos bancos, onde os empréstimos iam, com frequência, desaguar em execuções hipotecárias.

Este quadro, aqui delineado de modo bastante geral, não se coaduna com os apontamentos de Souza Carvalho. A seu ver, a agricultura já recebia do Governo “empréstimos a longos prazos”. “As indústrias, ao menos aquelas como os caminhos de ferro, que tanto auxiliam a lavoura, não merecerão análogo favor?”⁽²⁸⁾

Conforme já foi aqui ponderado, Souza Carvalho não poupa críticas ao Governo, mas suas idéias de progresso material e desenvolvimento revelam aqui e acolá estreitos liames com o progressismo do Gabinete Rio Branco em termos de “falsa euforia”.

Ao tratar, portanto, das “verdadeiras vítimas da crise” defende com veemência a causa dos bancos e das empresas a eles vinculadas. Em sua visão urbana, o Vale e seus problemas não encontram espaço.

3.3 “A solução”

Com o prelúdio de longos debates parlamentares, comentários na imprensa e discursos calcados no intrincado cipoal de verbetes específicos do léxico econômico financeiro, a lei de 29 de maio de 1875 “resolve” a “crise na praça”.

Através dela estava autorizada a emissão de 25.000.000\$000 em títulos (Dívida Fundada, Letras do Tesouro, Títulos da Dívida Flutuante e demais considerados “seguros pelo governo”).

(27) Souza Carvalho. *Op. cit.* pp. 84-85.

(28) Souza Carvalho. *Op. cit.* pp. 84-85.

Além disso 25.000.000\$000 de emissão em moeda corrente, o que ensejaria a imediata operação com os bancos, uma forma de fazer retornar, através deles, o numerário retirado de circulação.

As letras ao portador tinham um intervalo de 4 a 12 meses para resgate e as repartições fiscais as recebiam sob a forma de pagamento de impostos.⁽²⁹⁾

De qualquer modo, a “providência reparadora” apenas acomodava a mais recente convulsão de um Estado debilitado financeira, social e politicamente. Neste último aspecto será fotografada a crise em São Paulo: como um indício da crise política que os anos 70 prenunciam, caminho que conduzirá à República, aspiração de não poucos paulistas.

4. A CRISE EM SÃO PAULO: REFLEXOS OU REFLEXÕES?

4.1 *Introdução*

Cotejando a ação ou mesmo a inação do governo face à crise, criticando a atitude dos parlamentares ou evocando colocações de economistas para didaticamente glosar o fenômeno no plano teórico, os paulistas mostram-se menos preocupados com as quebras bancárias e mais interessados em inferir a falência da própria instituição monárquica.

É que, menos diretamente afetados pela crise e vivendo a pujança de um complexo econômico em franca expansão, os enfoques e os alvitre paulistas serão outros.

4.2 *O jornal A Província de São Paulo e os discursos parlamentares.*

O espírito de que se reveste a fundação do periódico paulista orientou-se para o objetivo de promover a edição de “um jornal que não sendo republicano extremado viesse discutir com serenidade os absorventes problemas do momento”.⁽³⁰⁾

(29) Eulália M. Lahmeyer Lobo. *Op. cit.* passim.

(30) Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil* 2.^a ed. RJ, Graal, 1977, pp. 259-261.

O “momento” é o ano de 1875, em plena ebulição do expressivo repertório de questões econômicas, políticas e sociais que afloravam nessa década, pondo em xeque as cada vez mais tênues possibilidades de permanência da instituição monárquica.

Neste quadro, alguns dos órgãos que compunham a imprensa dos grandes centros urbanos terão seu papel como veículos das manifestações provinciais perante os grandes temas que então se apresentavam.

Não apenas a ideologia republicana, no caso dos paulistas, conferia um denominador comum aos jornais que a defendiam. Manifestavam-se também como baluartes em defesa dos interesses agrícolas, ou mais explicitamente, em defesa da cafeicultura, em franca expansão na província.

É esta a característica do *A Província de São Paulo*, na dupla condição de mais representativo órgão do Republicano Paulista e também tribuna dos fazendeiros de Campinas e Itu, que compreendiam, então, grande parte de seus subscritores.

Bem, por isso, acompanhando a reação do jornal perante a crise de 1875 tem-se também a idéia que dela fizeram os cafeicultores que encontravam no *A Província* um autêntico porta-voz.

Nas consultas ao jornal em tela, considere-se como baliza inicial o mês de janeiro e, final, o mês de maio. Naquele, o jornal é criado, neste, conforme assinalado na seção anterior, o projeto de auxílio aos bancos se transforma em lei.

A partir daí, convencionalmente, os problemas da praça e a crise estariam “atalhados”, adotando a expressão dos articulistas da época.

Decerto não faltariam ao *A Província* novos motes para que nas edições posteriores desencadeasse ao governo as habituais saraivadas de críticas.

Afinal, assim ocorreu por ocasião da crise, durante sua fase mais aguda e ao seu prenúncio. Uma das mais caras instituições imperiais, a Alta Câmara, recebeu do “porta-voz dos paulistas” a seguinte definição: “O Senado é desde muito peça inútil no mecanismo parlamentar, nem sequer conserva o brilho dos grandes talentos e ilustrações que desapareceram.”⁽³¹⁾

Tal imagem não impediu que, no acompanhamento da ação parlamentar perante a crise, alguns dos senadores recebessem até mesmo elogios. Quanto ao Imperador, este em momento algum foi poupado.

A Fala do Trono abre a 16 de março de 1875 a 15.^a Legislatura, em sessão extraordinária. A 3 de maio ocorrerá seu encerramento, ao que

(31) *A Província de São Paulo*. 24-4-1875.

imediatamente se seguirá a quarta e última sessão, cujo término da assembleia geral terá lugar a 10 de outubro de 1875, findando-se assim mais uma legislatura.

Enquanto que, no intervalo pesquisado, o *A Província*, em sua seção econômica, tem ostensiva ou sub-repticiamente a crítica como tônica, no Senado, os longos debates quanto à crise, têm nas controvérsias, relativas ao meio circulante sua grande questão.

Iniciados os trabalhos parlamentares, já a 19 de março o Senador Zacarias e o Ministro da Fazenda abordam em discussão alguns assuntos com vistas a esclarecer a “crise que abrange todo o Império”.⁽³²⁾

Em suma, a fala do Senador Zacarias quer esclarecimentos do governo quanto aos seguintes aspectos: “se entende o Governo que existe a crise”, “se está disposto a tomar medidas que a sanem e quais são elas”.

As divergências pontilham os discursos nas questões relativas às emissões, meio circulante e medidas que atalhariam a crise. Descrevê-las seria enveredar para aspectos não tão importantes neste enfoque. Importante, no caso, será enfocar a atitude do Visconde do Rio Branco que causa espécie ao jornal. “Como, um Presidente do Conselho (que passa por especialista em finanças) pede tempo para pensar?”

De fato, o Ministro limitou-se a considerar quão prudentes devem ser as ações quando se trata de assunto de tamanha gravidade. Com base em tal advertência é que solicita um tempo para que o governo possa refletir e também auscultar a opinião pública.

No dia 25/03/85 o *A Província de São Paulo* comenta: “Há situações em que o silêncio e as evasivas são duplamente funestas — geram o descrédito e aumentam o mal da nação. Desacredita-se o Gabinete, se isto lhe apraz, mas não procure tornar mais intenso o sofrimento de nosso país”.

Ainda no mês de março, o porta-voz paulista faz como que uma trégua ao “controle” que vem submetendo ao Senado e adota outra estratégia: brinda aos seus leitores com artigos através dos quais mostra resumida, porém, claramente, os conhecimentos do redator quanto ao complexo conceito de crise.⁽³³⁾

Mais que reflexos, portanto, a crise em São Paulo suscitou críticas e reflexões.

Mesmo assim, o interesse do *A Província de São Paulo* em acompanhar o assunto, continua até às portas da aprovação da lei de auxílio aos bancos.⁽³⁴⁾

(32) *Annaes do Senado do Império*. Tipografia do Diário do RJ. 19-3-1875.

(33) *A Província de São Paulo* 25-3-1875 a 31-3-1875.

(34) Para este artigo visando reduzir o n.º de páginas, selecionei apenas alguns dos textos (jornal/Anais) utilizados na dissertação.

No dia 18 de maio, à página dois, o matutino paulista dá conta, com brevidade, dos comentários sobre a suspensão de pagamentos do Banco Mauá, requerimento de moratória do Nacional e as dificuldades gerais da praça do Rio de Janeiro.

Entretanto, no dia 23 de maio, o tom moderado e lacônico é substituído pela postura incisiva, carimbo de quase todas as matérias. Assim é que o articulista considera os efeitos da retração de crédito no Rio de Janeiro desde princípios do ano.

Ainda que sob caução de Títulos da Dívida Pública, por lá estava difícil a obtenção de dinheiro. O governo estava a par dos fatos e nem por isso lhes dedica a atenção devida, lamenta o autor da matéria.

No Parlamento, enquanto o Senador Souza Franco constatava a existência da crise, o Senador Zacarias negava-a, ainda que admitindo a insuficiência do meio circulante.

Enquanto isto, o Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho mostra-se incompetente para apontar as causas de retração de crédito embora não admita que seja falta de meio circulante.

Ora, conclui o jornal, em meio a “tais discussões estéreis”, a crise foi agravada.⁽³⁵⁾

Ao responsabilizar o governo e sua inação em tão sombrio quadro, *A Província* argumenta: “em um governo centralizado onde são sufocadas as liberdades do cidadão pela onipotência do poder, o governo é encarado como responsável por qualquer mal e como único salvador da nação” (23-5-75).

O parágrafo dispensa maiores comentários. Para o *A Província* e a região que representava, a crise foi um mote: o que realmente estava na berlinda era a centralização, como sabem todos, um sério inconveniente aos propósitos paulistas.

4.3 Bases da postura paulista

Não apenas na praça do Rio de Janeiro, mas também na de Santos, ao findar 1874 pairavam inquietações quanto à crise.⁽³⁶⁾

De todo modo, algo bem mais brando já que se trata de um complexo econômico bem menos dependente.

(35) *A Província de São Paulo*. 23-5-1875.

(36) Sérgio Buarque de Holanda. *Op. cit.* p. 169.

Vejam-se, por exemplo, os já mencionados Títulos da Dívida Pública que tiveram, no pós-guerra, larga utilização na praça do Rio de Janeiro, a ponto de terem concorrido para drená-la, como bem observou Souza Carvalho.

Em São Paulo, entretanto, tal prática foi absolutamente incomum e não apenas ao longo dos anos 70. Ao apagar das luzes do Império, tais títulos em São Paulo significavam não mais que 1% do total existente no país.⁽³⁷⁾

Enquanto no Rio de Janeiro o Título da Dívida Pública configurava a feição financeira daquela economia, em São Paulo o papel-moeda desincumbia-se de tais funções.

Aliás, essa maior disponibilidade de papel moeda carreará a já aludida maior independência em relação aos bancos e promoverá a dinamização do complexo econômico paulista.⁽³⁸⁾

Nesse contexto, ainda que aqui considerado em uns poucos aspectos, percebe-se que a crise como a que atinge o Rio de Janeiro e o Vale, não encontrava em São Paulo um ambiente propício para fincar seus tentáculos.

Se os paulistas a fotografaram basicamente através da análise das manifestações parlamentares, o claro desapontamento com que o fizeram revelou nova roupagem da crise.

Em São Paulo ela possui ademanos de uma crise do quadro institucional vigente, na medida em que represou argumentos sugerindo a necessidade de sua alteração.

5. O COMPLEXO ECONÔMICO NORDESTINO: CRISE EM UM SETOR DECADENTE

5.1 *O cronista local e seu enfoque*

Durante o primeiro semestre de 1875, enquanto a praça do Rio de Janeiro e a província de São Paulo, manifestavam suas apreensões e queixas, não menos apreensivas estavam as “províncias do norte”.⁽³⁹⁾

(37) Barbara Levy. “O Encilhamento”. In *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Paulo Neunhans (coord.). RJ, Paz e Terra, 1979, p. 211.

(38) Rui Guilherme Granziera. *Op. cit.* p. 153.

(39) Assim Henrique A. Milet refere-se às províncias mais impactadas pela crise. Sofreu seus efeitos a área que engloba os atuais Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Milet publicou no *Jornal do Recife* uma série de artigos ao longo do primeiro semestre de 75, posteriormente agrupados em opúsculo, cuja publicação se fez em fevereiro do ano seguinte.⁽⁴⁰⁾

Através de minucioso exame, o depoente mostra o aflitivo quadro nordestino e a crise que ali então se processava.

Na verdade ela se instala no início do século XIX, é crônica a partir da segunda metade, tendo suas facies definida a partir do decênio ao qual se prende este estudo.

Por ocasião das publicações de Milet, em pleno primeiro semestre de 75, as conjunturas interna e externa se aliam para conferir a uma crise que é estrutural, aspectos ainda mais pungentes.

O próprio título do opúsculo evidencia um dos pontos nodais da abordagem de Milet. Preocupam-no sobremaneira as repercussões da crise nordestina no plano social. Sendo a abrangência de visão um de seus traços, ele cuida ainda de um rol de questões, incluindo no opúsculo um adendo no qual se refere à política financeira e às decisões emanadas da Corte, por ocasião da crise na praça.

Logo à introdução, o articulista critica a negligência do governo para com os problemas do nordeste e o momento ao qual se refere correspondentemente, à fase anterior à crise, os já mencionados momentos de euforia. Assevera que até o ano de 1874 os estadistas "não acreditavam na intensidade do mal denunciado pelo grito de angústia soltado pela lavoura e comércio das províncias do norte."⁽⁴¹⁾

Referindo-se ao Quebra-Quilos, movimento de revolta que grassou nas províncias da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, ao final de 74, estendendo-se até princípios de 75, Milet é cristalino: "Um movimento filho legítimo dos sofrimentos e mal estar".⁽⁴²⁾

Entretanto a Fala do Trono reporta-se ao movimento como uma perturbação da ordem pública que tem como protagonistas "bandos de sediciosos, em geral movidos por fanatismo religioso e preconceito contra a prática do sistema métrico."⁽⁴³⁾

Outra, contudo, era a realidade e os muitos impasses realçados pela crise de 75, acabarão irremediavelmente incontornáveis.

É bem verdade que o governo tomou algumas medidas e mesmo algumas delas se coadunam com a visão de Milet. Apenas para lembrar algumas

(40) Henrique A. Milet, *O. cit.*

(41) Milet, *Op. cit.* Introdução, s. n.

(42) *Ibid.* Introdução.

(43) *Annaes do Senado do Império*. Vol. I, 1875, sessão de 16-3-75. (Fala do Trono). Ver sobre o Quebra-Quilos, Hamilton M. Monteiro. *Op. cit.*, capítulo 3, pp. 117-129.

das iniciativas sugeridas, era grande o interesse do porta-voz em agilizar os meios de transportes, ferrovias, especialmente, e as “Fábricas Centrais”, na verdade uma versão mais elaborada dos Engenhos Centrais.

Quanto às ferrovias, “cometimento” como se dizia à época, que se coadunava com as idéias de progresso, se o nordeste foi aquinhoado com “caminhos de ferro”, tal iniciativa não logrou surtir efeitos que alterassem o quadro geral. Apenas tornavam mais cômoda a exportação do açúcar, mas “por si só não puderam contrabalançar outras forças que colaboraram para o declínio daquela economia”.⁽⁴⁴⁾

Raciocínio análogo pode ser extrapolado para os Engenhos Centrais, cujas normas para instalação foram estabelecidas em 1875, verificando-se o funcionamento a partir de 77.⁽⁴⁵⁾

Portanto o empenho do cronista local ao sugerir medidas impediram-no de vislumbrar, por trás das questões do momento, a penosa realidade do complexo nordestino, impossibilitado de soerguimento. As providências, os “cometimentos” ainda que se concretizassem já não trariam algo definível como “solução”.

5.2 O porta-voz do nordeste avaliando a crise de 75

Como não poderia deixar de ocorrer, Henrique Augusto Milet mostra em seu posicionamento, quanto à crise na praça, uma leitura coerente à realidade que o cercava.

Entende que a partir das pendências em relação ao açúcar e ao algodão desapareceu grande parte do capital flutuante. Por outro lado, “parte do capital da lavoura há sido exportado para o sul”. Entende, ainda, que mesmo as economias das províncias do sul não estariam dando conta de arcar com as necessidades das indústrias “daí nasceu a imobilização de parte do capital flutuante da praça do Rio de Janeiro e a crise monetária de que lá se fala”.⁽⁴⁶⁾

Depois de longas considerações que aqui não caberia detalhar, critica acrememente os parlamentares que não admitiam a existência da crise, enquanto esta caminhava a passos largos.

(44) Richard Graham. “Brasil — Inglaterra — 1831/1889” in *HGCB*, Sérgio Buarque de Holanda (org.). SP, Difel, 1974, v. 4.º. p. 148.

(45) Eul Soo Pang. *O Engenho Central de Bom Jardim*. RJ, Arquivo Nacional, 1979, p. 64.

(46) Milet. *Op. cit.* p. 71.

Uma vez sugeridas as soluções governamentais, lamenta o fato de estar o governo preocupado apenas em auxiliar este ou aquele banco e não em aliviar os sofrimentos da lavoura.

Bem por isso, à conclusão de seus artigos referentes à crise de 75, mostra-se desacomodado quanto às atitudes governamentais.

Valendo-se dos requintes de erudição, tão próprios da época, o deponente redige em latim a frase que se traduz "têm olhos, mas não enxergam".⁽⁴⁷⁾

Se se considerar os braços cruzados com que os proprietários do nordeste assistiram à queda do regime monárquico, a frase erudita terá sido uma advertência.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto em tão breves anotações, conto ter indicado ao menos um perfil geral sobre o tema enfocado em minha dissertação.

Ainda que as abordagens sobre crises cubram redobrada prudência em relação a posturas conclusivas, encorajo-me a algumas considerações finais, com base nos estudos efetuados para elaboração do trabalho original aqui sintetizado.

Como se viu, parti do pressuposto de que a crise da praça do Rio de Janeiro, não obstante assim nomeada, extrapolou os limites do Município Sede da Corte e espargiu seus efeitos regionalmente.

Considerada a interação entre os pólos interno e externo, compreender o primeiro implicou em contemplar também o segundo, por ocasião da década de setenta.

Sem que tenha se tratado de privilegiar o aspecto referido no parágrafo anterior, e longe de atribuir-lhe a inflexibilidade que emana do binômio "causa-efeito"; considerar além do plano interno, a conjuntura internacional foi, a meu ver, o caminho necessário para melhor compreensão da crise brasileira no ano de 1875.

Na verdade, observar a crise dos centros dinâmicos no ano de 1873 significou atentar a um só tempo para as contradições estruturais próprias da expansão capitalista, eis que a presidiram, bem como para a conjuntura que se delineia uma vez deflagrada a crise.

(47) *Jornal do Recife*. 18-5-1875.

Afinal, o esforço de recuperação será a partir daí a tônica dos centros afetados.

Enfim, ainda que não fosse propriamente uma opção priorizada no rol dos centros periféricos, o Brasil seria certamente uma delas.

Basta que se leve em conta os fortes liames preexistentes entre o Brasil e a Inglaterra, país atingido pela crise e ter-se-á o esboço de um antigo quadro, que o referido esforço de recuperação se incumbiu de acentuar.

Destarte, o incremento das importações brasileiras no período 74-75 nada tem de casual. Considerada a origem da maior parte das mercadorias adquiridas, os propósitos ingleses resultam sobremaneira evidenciados.

Se no ano de 1875 o governo brasileiro solicita à Inglaterra um empréstimo de £5 000 000, as vantagens advindas dos termos em que normalmente se vazavam tais negociações explicam a pronta aquiescência britânica.

Acrescente-se que internamente, sob os efeitos da “Grande Depressão”, os ingleses enfrentavam o declínio das taxas de juros. Parece claro que isto os motivasse especialmente para transações externas mais lucrativas.

No afã de completar a operação o governo recorre aos bancos nacionais particulares.

É que através desse expediente, a compra de saques à praça londrina se viabilizava através de moeda nacional.

Considerada a precariedade das instituições nacionais, o esforço para atendimento da solicitação governamental, significou para os bancos uma pesada incumbência.

No Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, sua zona tributária, a conjunção de fatores recentes e antigos, externos e internos fazia da “praça” um ambiente mais que propício para alojar a crise de 1875, em sua primeira e mais sonora manifestação.

Já ao final de 74 fala-se em retração de crédito e escassez de meio circulante. Em seguida, a mencionada solicitação dos bancos será a gota d’água.

Como sói acontecer em tais ocasiões, às falências bancárias seguiram-se quebras e insolvências na praça e, evidentemente, o pânico, leal acompanhante de todas as crises.

Se os bancos e as empresas a eles vinculadas entram em colapso, o porta-voz do Rio de Janeiro, coerente com uma visão basicamente urbana refere-se a estes segmentos quase que de maneira exclusiva.

Todavia, pelo menos naquele momento, o pólo rural sofria os percalços de um setor adernante ainda que liderando a produção cafeeira nacional.

Se o comissário enfrentava “a mestranga dos bancos que não atam nem desata”, o cafeicultor conhecia o peso dos rendimentos decrescentes e da dificuldade de aceitação do escravo como garantia nas negociações.

As indústrias de pequeno e médio porte arcavam, por sua vez, com toda sorte de dificuldades que, aliás, traziam em seu bojo os efeitos da concorrência dos importados.

Também aqui, o espírito desenvolvimentista de Souza Carvalho lhe tolhe e condiciona a visão. Em seu opúsculo são pródigos os espaços para as empresas que se dedicavam às companhias de navegação, melhoramentos urbanos e obviamente ferrovias.

Quanto à incipiente indústria, realidade que o cercava, dedicou-lhe não mais que meras alusões.

Mesmo assim, neste setor, os impactos da crise se revestiram de tanta significação que a partir daí seus representantes se mobilizaram com vistas ao respaldo governamental.

Não obstante insistentemente referida, a difícil situação dos bancos particulares foi apenas parcialmente diagnosticada por Souza Carvalho.

Além disso, não apenas o Tesouro e o Banco do Brasil constituíram o círculo de ferro a atrelar as instituições bancárias brasileiras. Desta patética ciranda faziam parte também os sólidos bancos estrangeiros cujos vínculos às respectivas matrizes lhes garantiram a cômoda situação de espectadores por ocasião dos abalos da praça.

Em que pese o viés de algumas colocações, Souza Carvalho mostrou em sua análise o ambiente que abrigava a crise da praça do Rio de Janeiro, as agruras da crise de liquidez e, sobretudo, quanto se mesclaram à época os mundos financeiro e político.

Se no Rio de Janeiro a situação dos bancos particulares foi o móvel dos comentários, em São Paulo esse mesmo aspecto, vale repetir, foi o mote.

Note-se que outras fontes de informação nos dão conta de repercussões da crise também na praça de Santos e este aspecto foi totalmente relegado pelo jornal *A Província de São Paulo*.

O periódico paulista preferiu acompanhar a ação governamental e dela detectar argumentos para, zelosamente, informar aos seus leitores sobre a morosidade com que se conduziram as providências por parte do governo.

É nesse sentido que a crise em São Paulo parece ter gerado mais reflexões que propriamente reflexos.

As condições do pujante complexo econômico paulista eram as de uma área na qual um conjunto de fatores peculiares tornara possível a maior independência dos cafeicultores cujas ligações com o pólo urbano, através dos bancos e comissários não possuíam o caráter de subordinação que atrelava seus colegas do Vale do Paraíba.

Em tal quadro, a forma pela qual se conduziu o periódico paulista no acompanhamento da crise de 1875, teve o dom de represá-la para que através das linhas e entrelinhas se grifassem as insatisfações em relação à monarquia.

Já no complexo nordestino, a decadência secular do setor é acentuada nos anos setenta, exacerbando a crise econômica. Neste ambiente, a crise da praça do Rio de Janeiro atuou, quando menos, como um agente complicador.

Aliás, para o engenheiro Henrique Augusto Milet, a crise monetária era, por um lado, de âmbito nacional, por outro, conseqüência da crise que impactava a lavoura.

Vê, portanto, nos movimentos sediosos que se verificam na região os frutos do mal-estar que ali grassava.

No nordeste, as roupagens de convulsão social revelam as mais pungentes facetas da crise, que em 1875 é agudizada.

Claro que por tratar-se de uma periferia segmentada, as disparidades regionais ensejaram, como se viu, enfoques peculiares.

Note-se, entretanto, que em meio às perspectivas heterogêneas, pelo menos uma configurou um denominador insistentemente comum.

Refiro-me às críticas à ação governamental, morosa e mesmo incompetente na opinião dos três porta-vozes regionais.

Seria o caso de se indagar em que medida, imputando ao governo a total responsabilidade, estavam os depoentes privilegiando o quadro da ocasião, sem levar em conta fatores da ordem estrutural bastante importantes no diagnóstico da crise.

Aliás, o próprio governo, a julgar pelo teor das falas parlamentares e mesmo as Falas do Trono, não parecia tratar a questão na sua abrangência.

Demonstraram-no as querelas entre pluriemissionistas e monoemissionistas, tão à gosto dos homens públicos da época e bastante reveladoras das dificuldades do governo e seus representantes em compreender a realidade que os cercava.

Todavia, responsabilizar, totalmente, o governo e cobrar-lhe “soluções definitivas” como o fizeram os porta-vozes regionais, seria confiar exageradamente nas providências de ordem pragmática e não considerar a totalidade.

Afinal, a crise de 1875 vinculava-se também à maneira pela qual se orientara a inserção do Brasil nos quadros do capitalismo internacional.

Este aspecto, ainda que não determinante, punha limites à “alocação autoritária de valores”, expressão adotada por David Easton, identificadora da ação governamental.⁽⁴⁸⁾

(48) David Easton. *Uma teoria de análise política*. RJ, Zahar, 1968.

The first part of the document is a letter from the Secretary of the State to the President, dated January 1, 1865. It contains the following text:

Dear Sir: I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 29th inst. in relation to the proposed amendment to the Constitution of the United States, and to inform you that the same has been referred to the proper authorities for their consideration.

The second part of the document is a report from the Secretary of the State to the President, dated January 1, 1865. It contains the following text:

Dear Sir: I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 29th inst. in relation to the proposed amendment to the Constitution of the United States, and to inform you that the same has been referred to the proper authorities for their consideration.

The third part of the document is a report from the Secretary of the State to the President, dated January 1, 1865. It contains the following text:

Dear Sir: I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 29th inst. in relation to the proposed amendment to the Constitution of the United States, and to inform you that the same has been referred to the proper authorities for their consideration.

The fourth part of the document is a report from the Secretary of the State to the President, dated January 1, 1865. It contains the following text:

Dear Sir: I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 29th inst. in relation to the proposed amendment to the Constitution of the United States, and to inform you that the same has been referred to the proper authorities for their consideration.

The fifth part of the document is a report from the Secretary of the State to the President, dated January 1, 1865. It contains the following text:

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1 Documentos publicados

ANNAES DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL — Sessão extraordinária de 11 de março a 2 de maio de 1875. Vol. I. 4.^a Impressão da 15.^a Legislatura de 3 a 31 de maio de 1875. Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1875.

1.2 Relatos

MILET, Henrique Augusto. *Os Quebra-Quilos e a crise da lavoura*. Recife, Typographia do Jornal do Recife, 1876.

SOUZA CARVALHO. *A crise da praça em 1875*. Rio de Janeiro, Diário do Rio de Janeiro, 1875.

1.3 Jornais

A Província de São Paulo, 1875.

2. Bibliografia

BOUDON, Raymond. *Para que serve a noção de estrutura*. São Paulo, Eldorado, 1974 (Coleção Enfoque).

BOUVIER, Jean. "A economia: as crises econômicas". In *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

DOZER, Donald Marquand. *América Latina, uma perspectiva histórica*. Porto Alegre, Globo, 1978.

EASTON, David. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

FAORO, Reymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1976.

GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil — 1850/1914*. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1979.

- HOBSBAWN, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 5.º, livro III, capítulo III — "Fatura e crise". São Paulo, Difel, 1972.
- LEVY, Bárbara. "O encilhamento". In *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Neunhaus, Paulo (coord.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LOBO, Eulália Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital industrial ao financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes*. Brasília, Horizonte Ed., 1980.
- NIVEAU, Maurice. *História dos fatos econômicos contemporâneos*. São Paulo, Difel, 1969.
- PANG, Eul Soo. *O Engenho Central de Bom Jardim*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1979.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.